

## *Apresentação*

*Norberto Osvaldo Ferreras*<sup>1</sup>

*Ya me gritaron mil veces que me regrese  
a mi tierra por que aquí no quepo yo,  
quiero recordarle al gringo:*

*Yo no crucé la frontera, la frontera me cruzó.  
América nació libre el hombre la dividió  
ellos pintaron la raya para que yo la  
brincara y me llaman invasor.*

*Los Tigres del Norte. Somos más americanos.*

Nos últimos anos, as Américas têm vivido importantes processos de transformação. Do Alaska à Tierra del Fuego, os governos dos anos 1990, favoráveis à não intervenção do Estado na economia e nas diversas questões sociais, deram lugar a novas tendências políticas, que retomaram o papel dinâmico do Estado. Esses governos que se iniciaram no alvorecer do novo milênio não são fáceis de serem definidos, suas ideologias são difusas e vão da enunciação de um “socialismo do século XXI”, como acontece na Venezuela, à rejeição de qualquer aproximação com essa palavra, como no Brasil. Em alguns casos, as experiências partem de forças políticas preexistentes e se nutrem do passado, como é o caso da Argentina, que enfatiza os vínculos com o nacional-desenvolvimentismo da década de 1940, ou da Nicarágua e de El Salvador, que se relacionam com as guerrilhas dos anos 1960 e 1970. Outros, pelo contrário, enfatizam a novidade e a ruptura com o passado, como acontece na Bolívia e no Equador. Até os Estados Unidos podem ser assimilados nesse grupo se pensarmos que todos esses países têm em comum

---

<sup>1</sup> Professor associado do Departamento de História – UFF.

a rejeição das políticas implementadas ao longo da década de 1990 e que foram identificadas como parte do paradigma neoliberal ou neoconservador.

Certamente que a revisão do neoliberalismo pode ser vista como um elemento muito difuso de identificar, principalmente se colocarmos lado a lado a Venezuela e os Estados Unidos, países que estão mergulhados em disputas constantes. Há, porém, um elemento pouco mencionado e que deve ser ressaltado em relação ao dossiê aqui apresentado: o fato de que todos eles são produto de importantes mobilizações populares e do apoio explícito dos trabalhadores organizados. É matéria de discussão se esses governos são ou não favoráveis aos trabalhadores de seus respectivos países.<sup>2</sup> O que está fora de discussão é o fato de que as principais centrais operárias lhes deram seu respaldo, logístico e financeiro, durante as campanhas eleitorais, e que esse respaldo institucional foi referendado pelo amplo apoio popular em comícios e, fundamentalmente, em votações com altíssimo percentual de votos operários. Sendo assim, o que está em questão, então? Compreender se os trabalhadores conseguem reconhecer quais são seus interesses? Se esses interesses coincidem com a “consciência de classe”? Se esta é verdadeira ou falsa? Se essas perguntas estão corretas e os governos progressistas da região não o são tanto, por que os trabalhadores insistem em apoiar quem não lhes reconhece? É uma questão cultural? É política? É econômica?

O dossiê a seguir não responde diretamente a essas perguntas, até porque não foi o ponto de partida dos autores aqui reunidos. É o organizador do dossiê quem entende que estes artigos nos ajudam a pensar essas questões de um ponto de vista historiográfico. Ao se perguntarem como esses trabalhadores têm sido vistos no passado e como eles se identificavam, os autores nos permitem avançar sobre as perguntas colocadas, como veremos quando analisarmos os artigos.

Este dossiê vem a contestar o senso comum de boa parte dos estudos do trabalho. Em grande medida, os historiadores que pesquisam os mundos do trabalho tentam compreender as ações dos trabalhadores pensando que todos eles conformam um coletivo único com um alto grau de homogeneidade, que tem sido denominado “classe trabalhadora”. A classe trabalhadora foi analisada a partir de um modelo teórico específico, e a partir deste se determinava se os trabalhadores se comportavam apropriadamente segundo o que a teoria determinava. De modo

---

2 Para uma visão crítica do desenvolvimento desses processos na América Latina, ver BORÓN, Atilio. *Socialismo siglo XXI. ¿Hay vida después del neoliberalismo?*. Buenos Aires: Luxemburg, 2008.

geral e simplificando, os trabalhadores caíram em uma série de armadilhas da fenomenologia, que demonstravam a fraqueza da sua consciência e, assim, de serem capazes de se representar a si próprios. Se eles estavam errados, alguém deveria determinar o que era certo e levar a verdadeira consciência a esses grupos, para que, de alguma maneira, eles chegassem a se reconhecer como “trabalhadores” e como parte de um grupo social diferente, com um destino, libertar-se das correntes que os oprimiam e, desse modo, atingir um objetivo superior: libertar a humanidade como um todo. O objetivo último era o socialismo, o fim da história. Se a obrigação dos trabalhadores é esse destino transcendente, os historiadores que a seu estudo se dedicam contribuem para compreender melhor o processo de transformação da sociedade e auxiliam os trabalhadores em sua luta pelo socialismo. Ser historiador do movimento operário implica uma dupla responsabilidade: melhorar o conhecimento científico e contribuir para a transformação social.

Esse pode ter sido o projeto de E. P. Thompson e de outros historiadores socialistas do fim do século XX. Ler *A formação da classe operária Inglesa*<sup>3</sup> é percorrer esse caminho. O editorial inicial do *History Workshop* tinha um sentido similar.<sup>4</sup> Para esse coletivo, o operariado continuava a ser o sujeito da transformação social. A diferença entre esses dois textos estava em que, para E. P. Thompson o projeto revolucionário havia sido concluído com a primeira institucionalização dos trabalhadores e, para os membros do *Workshop*, a classe continuava a ser a única garantia de um futuro diferente. Porém, os dois coincidiam na existência da classe e de seu potencial revolucionário. O socialismo necessariamente deveria contar com a classe, em uma situação subalterna, na leitura vanguardista de E. P. Thompson<sup>5</sup> do processo político inglês, ou com uma centralidade maior, no

---

3 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v(1. ed. em inglês: 1963). O ideal é repassar o conteúdo dos três volumes para compreender a operação historiográfica thompsoniana.

4 Editoriais *History Workshop Journal*. *History Workshop Journal*, Oxford: Oxford University Press, n. 1, primavera 1976.

5 Quando utilizo o termo vanguardista, estou-me referindo à participação de Thompson em grupos de intelectuais que se negavam a conciliar políticas para além de sua própria agenda. É bem conhecida sua capacidade para acabar com acordos mínimos, como fica evidente em *El culturalismo – debates en torno a Miseria de la teoría*. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *Historia popular y teoría socialista*, p. 271-331. Para matizar essa afirmação, devemos lembrar que alguns anos depois, em seus estudos sobre o século XVIII, Thompson apresentou o “pobre” como um sujeito dinâmico e

populismo romântico dos membros do *Workshop*. Alguns poucos anos depois – e traz os duros golpes sofridos pelo movimento operário na Inglaterra durante o governo de Margaret Thatcher –, outro historiador socialista, Stuart Hall, questionava os modelos teleológicos em um momento em que o movimento operário se debatia por sua sobrevivência antes que pelo socialismo. Como apresenta Stuart Hall: “[...] continuamos a pensar dentro de uma lógica política unilinear e irreversível, movida por alguma entidade abstrata que denominamos o econômico ou o capital que se desenrola rumo ao seu fim predeterminado”<sup>6</sup>.

Hall recolocou a questão, porque, até pouco tempo atrás, fazer história dos trabalhadores implicava um recorte das lutas e resistências, consideradas como os temas corretos; caso contrário, contribuía-se para uma leitura conservadora ou reacionária da realidade. Os historiadores entendiam que, como os organizadores do movimento operário partilhavam diversas teorias de transformação social – desde o anarquismo até as distintas famílias do socialismo –, então a mudança era necessária para o conjunto dos trabalhadores. Isso é parcialmente correto. Para boa parte da militância política entre os trabalhadores e para uma parte muito maior ainda dos intelectuais engajados, o objetivo principal devia ser o socialismo. Compreender as organizações operárias e suas lutas era compreender a formação da consciência de classe. Como o destino do trabalhador era se tornar um revolucionário, sua consciência deveria ser revolucionária. Alguns estudos relativizaram isso, entendendo que a consciência podia não ser revolucionária, mas deveria ser autônoma e estar enquadrada nos limites da classe.

Porém, para boa parte dos trabalhadores, esse não parecia ser um fim em si mesmo. Outras questões apareciam como mais relevantes: a luta pela sobrevivência, contra o desemprego ou a melhora das condições de vida. Ocasionalmente, podiam engajar-se nas lutas políticas, votar, participar de comícios e apoiar os revolucionários, mas esse engajamento era menor se comparado às lutas no dia a dia. Para muitos historiadores e militantes, teria prevalecido, entre os trabalhadores, no passado e no presente, a “moral dos

---

contestatário que se afirma na lei burguesa para poder defender seus direitos. Ver THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (1. ed. em inglês: 1975).

6 HALL, Stuart. *The hard road to renewal*. Londres: Verso, 1988. p. 273 *apud* BABBHA, Hommi. O pós-colonial e o pós-moderno. A questão da agência. In: BABBHA, Hommi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 246.

escravos”<sup>7</sup>, ou seja, a rejeição dos objetivos mais elevados (o socialismo) pelos imediatos (como melhores salários e condições de vida ou a obtenção de terras). Isso porque muitos historiadores partem da base de que o proletariado tem uma missão histórica, e que esta é o socialismo.<sup>8</sup>

O grande problema dessa interpretação é que ela foi pensada no século XIX, no momento em que se estabelecia de forma hegemônica e vitoriosa o capitalismo industrial na Inglaterra. A expansão colonial permitiu a sua consolidação, ao tempo que melhorava as condições de vida dos trabalhadores no coração do Império e o objetivo de derrotar o capitalismo transmutou na necessidade de civilizar os bárbaros. Impunha-se a moral dos senhores, como pretendia Nietzsche, mas, como contraparte, os trabalhadores também eram senhores, se comparados aos colonizados. Em parte, essa visão é herdeira da Primeira Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, que elevava os direitos da burguesia à categoria de universal e o proletariado como sua contraparte necessária. Escravos, prostitutas, camponeses, vizinhos não eram agentes da transformação, portanto não eram dignos de serem estudados, a não ser como transgressores ou alienados. Esforços posteriores foram realizados para incorporá-los à classe, como vimos com E. P. Thompson.

Depois da Segunda Guerra Mundial e com o processo de descolonização em andamento, outros sujeitos chamaram a atenção, como podemos ver na Declaração de Direitos Humanos da ONU, de 1948. Essa declaração reconhecia os direitos das minorias, inevitável depois da Shoá e com o início das lutas de descolonização. Mesmo assim, os estudos do trabalho demoraram a incorporar a diversidade e os múltiplos sujeitos de direitos, que partem dos mundos do trabalho, mas que não se restringem a eles. Esses sujeitos de direito cruzam-se com outras questões, com outras situações, com outros sujeitos. Lembremos que alguns teóricos do marxismo encaram a questão da diversidade e da necessidade de pensar para além das barreiras de uma classe que se apresentava mais como uma quimera que como uma realidade efetiva. Assim, temos José Carlos Mariategui lidando com a

---

7 NIETZSCHE, Friedrich. *Más allá del bien y del mal*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1983. p. 125 (1. ed.: 1886).

8 Poderíamos dizer que esses historiadores se preocuparam mais com as últimas linhas do *Manifesto comunista* e suas promessas messiânicas que com a primeira frase: “A história de toda a sociedade que existiu até agora é a história da luta de classes.” Ver MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9 e 67 e.

questão indígena e Antonio Gramsci preocupado com a diversidade do proletariado italiano, que se lhe figurava como um conglomerado de grupos diferentes antes que como um grupo homogêneo.<sup>9</sup>

Outro nível de complexidade deve ser incorporado a esta análise. O modelo de trabalhador revolucionário pode encaixar-se na teoria, mas dificilmente na prática. Também temos de pensar que o trabalhador, a tempo completo e plenamente incorporado ao mercado, pode ser um modelo inglês, mas dificilmente pode ser assimilado nas Américas. Com certa dificuldade, podemos assimilar os trabalhadores urbanos americanos a esse modelo. O setor informal, as alternativas ao mercado de trabalho ou o preenchimento das necessidades básicas fora do mercado, por sistema de trocas e produção no âmbito doméstico, não podem ser subestimados. E se nos deslocarmos do setor urbano, depararemos com comunidades camponesas, trabalhadores em regime análogo ao sistema escravo, trabalhadores temporários, indígenas e tantas variedades que é impossível homogeneizar todos em um único sistema ou modelo. Sem cair em uma atomização excessiva do sujeito, também temos de incorporar as dinâmicas locais para compreender como esses trabalhadores se articulam, se organizam e para compreender quais são seus objetivos.

Os estudos pós-coloniais nos advertem da primazia dos modelos europeus e das deformações analíticas que isso ocasiona na procura de quimeras inalcançáveis – o trabalhador revolucionário, por exemplo – e no estudo das deficiências e carências, antes que na análise dos elementos realmente existentes.<sup>10</sup> Dessa maneira, no lugar de ver a política em nossa região como viciada pelo populismo, podemos proceder de modo a compreender aquilo que é denominado como populismo e o que ele representa nas práticas políticas e culturais de nossa região.<sup>11</sup> Justamente são os estudos pós-coloniais os que têm-nos permitido repensar o sujeito trabalhador como uma aporia. Para grande parte das sociedades americanas o trabalho não é a categoria que organiza as suas vidas.

---

9 GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (1. ed.: 1935); e MARIATEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2008 (1. ed.: 1928), especialmente os ensaios “O problema do índio” e “O problema da terra”.

10 BABBHA, H. Op. cit.; e LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

11 Essa é a proposta de LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: FCE, 2005.

As mesmas se organizam a partir das suas atividades comunitárias e o trabalho é uma delas, como acontece com as comunidades indígenas e camponesas. Esta situação convive com uma realidade diametralmente oposta como é a do trabalhador urbano, industrial, organizado e militante. Mas esse trabalhador urbano não é a vanguarda do conjunto porque este não é o objetivo do resto dos setores subalternos. Pelo contrário, esse tipo de trabalhador específico, que cresceu até a década de 1970, quase sumiu nos anos 1990, voltando com força nos últimos anos, mas como produto da ação dos Estados antes que como parte de estratégias do capital ou como lutas específicas desse setor. A grande lição dos anos 1990 foi que as pessoas se posicionaram e disputaram com o Estado e o capital a partir de outros coletivos: desempregados, aposentados, moradores, sem-terra, camponeses, trabalhadores informais, e assim por diante. A história não foi concluída,<sup>12</sup> cobrou um novo significado e nos chamou a atenção para outros sujeitos, que pedem seu direito de pertença aos mundos do trabalho, requerendo que esses mundos alarguem suas fronteiras.

Este dossiê é produto de uma tentativa de reunir algumas temáticas e pesquisadores que demonstram a necessidade de repensar a história do trabalho tal como foi feita durante um bom tempo em nossas universidades. As leituras dos textos que aqui são apresentados permitirão fazer uma passagem pelas tendências atuais da historiografia desse assunto. É por isso que os assuntos são variados. Escravos e prostitutas são trabalhadores, mas podem ser considerados trabalhadores no sentido estrito da adequação a um paradigma transformador da realidade? Como esses sujeitos podem tentar modificar a realidade como um todo, se mal conseguem modificar seu opressivo cotidiano? Prostitutas e escravos carregam uma forte mácula social que os limitaria e os puniria. Porém, eles demonstram as possibilidades existentes em espaços sociais limitados e como agir segundo seus próprios parâmetros. De fato, colocar aqui, neste dossiê, escravos da cidade de Buenos Aires é desafiador. Em princípio, porque neste período não nos deparamos com trabalhadores que não estão inseridos no sistema capitalista de produção. Eles são trabalhadores, mas não se definem a si próprios com esse vocábulo. Trabalhador escravo é um problema para os estudos do trabalho. São enormes os esforços realizados para poder dar um lugar na história do trabalho aos escravos, porém esses esforços encontram algumas dificuldades, em prin-

---

12 Nem à moda Fukuyama, nem à moda Lenin.

cípio porque não é essa a palavra pela qual eles próprios se definem. Ser escravo não implica unicamente não dispor da força de trabalho livremente, há outros elementos que tornam essa categoria marcante e decisiva para a sociedade em que tem lugar. Com as prostitutas acontece algo parecido e com o fator complicador de conviver no mesmo espaço com trabalhadores. As questões de gênero e a criminalização e a exclusão das prostitutas por parte dos trabalhadores colocaram em questão seu caráter de membros do mundo do trabalho, mas novamente as aproximam desse mundo sua presença nos bairros operários e o fato de terem entre os operários sua clientela, pelo menos aquelas que são analisadas neste dossiê. O artigo de María Verónica Secreto, sobre os escravos de Buenos Aires, e o de Cristiana Schettini, sobre as prostitutas do Rio de Janeiro, se permitem uma indagação do cotidiano e das formas de sobrevivência em uma situação de desamparo e nos apresentam a possibilidade de vê-las como sujeitos de direito.

O artigo de Luigi Biondi traz à tona a constituição legal e institucional do trabalhador como sujeito. O autor analisa a conformação de uma rede de associações de assistência entre os trabalhadores paulistas de origem italiana. O interessante do caso é verificar como a etnicidade inicial dá lugar a conflitos entre trabalhadores e patrões no interior desse grupo quando as relações de trabalho começam a identificar de forma poderosa os detentores do capital e os trabalhadores manuais. Na medida em que essa ruptura vai-se produzindo durante o período das grandes migrações, as associações de socorros mútuos de origem italiana em São Paulo mudam também suas características.

Finalmente, os dois artigos restantes focam a relação entre trabalhadores formais e informais com a política institucional. Esses estudos abordam uma questão central da cultura política latino-americana, que é o populismo. Os autores questionam a forma como os trabalhadores se vinculam a sindicatos e partidos e como seus interesses podem ser coincidentes, sem que isso implique uma identificação entre as partes. Mas também analisam como a política auxilia na conformação de estratégias de ação, embora cubra uma relação que se sustenta com base na desconfiança. A política, entendida aqui como a dinâmica dos acontecimentos, é central nesses dois casos, antes que o político, entendido aqui como o institucional. Luigi Negro, em seu artigo sobre as relações entre um político profissional, como era Otávio Mangabeira, e os trabalhadores baianos, analisa um vínculo que extrapola a relação com os partidos políticos. Ao mesmo tempo

que Mangabeira se torna uma figura de destaque, também sua relação com os trabalhadores torna-se mais ambígua em um período de constituição de lideranças populistas, em fins da década de 1930. No caso analisado por Gillian McGillivray, o período escolhido, dos anos 1930 aos anos 1950, é significativo para compreender a política cubana e a participação dos trabalhadores cubanos em uma sociedade que caminhava em direção à radicalização do regime de Fulgencio Batista. O artigo também nos ajuda a compreender como Batista construiu sua legitimidade entre os trabalhadores cubanos, principalmente entre os cortadores de cana, e a posterior ruptura com eles.

Entendo que este dossiê ajudará na compreensão do rumo atual dos estudos sobre as questões do trabalho e dos trabalhadores.